

# A Capacidade Aérea e a Contrainsurgência

## A Base Apropriada

PAUL SMYTH

**D**ESDE A dissolução do Pacto de Varsóvia, muda também o enfoque principal das forças militares do Reino Unido. As décadas gastas em preparativos de guerra de sobrevivência nacional (e as alianças feitas para alcançar tal objetivo) foram suplantadas por anos de operações facultativas de coalizão contra nações isoladas e adversários não-Estatais. As Forças Armadas Britânicas não travaram batalha contra o inimigo em Bósnia, Sérvia, Kosovo, Serra Leoa, Iraque e Afeganistão, segundo as medidas adotadas durante aqueles 40 anos. Embora muitas habilidades, táticas e procedimentos aperfeiçoados durante a Guerra Fria acabaram tendo certa utilidade nesses conflitos subsequentes, as mudanças fundamentais às restrições impostas acerca do uso de forças armadas, o caráter da guerra e o contexto dado às operações militares exigem mais do que o emprego, levemente readaptado, de capacidades herdadas. Na verdade prescrevem uma reação radical em todos os três componentes do poder de ação (moral, teórico e físico). Embora as forças terrestres arcassem com o maior impacto das mudanças necessárias, naturalmente a Real Força Aérea (*RAF*) foi também obrigada a evoluir.<sup>1</sup> A necessidade de tal desenvolvimento não se limita unicamente à *RAF* mas é relevante a qualquer força aérea compelida a passar pela transição de um legado de Guerra Fria para vir a ser eficaz no tipo de ambiente de segurança global no qual agora vivemos.

O autor espera que o ponto de vista apresentado neste artigo conte com ampla repercussão.

Os Militares da Força Aérea devem encaixar, com a mesma mestria, as prontas reações (flexíveis, práticas e eficazes) que demonstraram em teatros de operações distantes à arena não testada da terra natal. A contrainsurgência (*COIN*) no Afeganistão comprovou, de forma explícita, como a contribuição essencial da campanha aérea retêm a capacidade de contribuir ao sucesso ou fracasso da missão. Nunca antes a participação aérea sofreu tais efeitos contraditórios. Por conseguinte, quando o General do Exército dos Estados Unidos Stanley McChrystal serviu de Comandante da Força de Assistência de Segurança Internacional [*International Security Assistance Force – ISAF*] ele colocou sérias restrições acerca do uso de equipamento aéreo da *ISAF*. Os Militares da Força Aérea não iniciaram

esta conversão em emprego de força, nem tampouco revisaram sua teoria. Pode ser que tenham reagido bem à mudança de requisitos de campanha. Ainda assim, o engajamento proativo pode melhorar. Devem assimilar com maior energia as inferências doutrinárias do novo ambiente de segurança global, especialmente a preponderância, cada vez maior, de adversários não-Estatais.

Este artigo visa promover o bom emprego de equipamento aéreo e pessoal em conflitos não convencionais. Embora tidos, em geral, como “pequenas guerras” ou uma distração de tarefas militares principais, contam com o potencial de infligir derrota às forças armadas mundiais bem mais avançadas. Vamos considerar a abordagem adotada para aproveitar ao máximo a contribuição aérea em operações *COIN*. Não nos preocuparemos com táticas, técnicas e procedimentos específicos, mas sim com o contexto doutrinário dentro do qual se deve estabelecer os processos operacionais e as atividades táticas. Assim, o enfoque será na base teórica da participação aérea em *COINs*, não no desenvolvimento (táticas, técnicas e procedimentos) estabelecido sobre tal base.

Os Militares da Força contam com três opções genéricas quando encaram novo obstáculo operacional ou requisito que não segue o raciocínio adotado: utilizar a solução prévia, bolar nova solução ao problema ou modificar uma abordagem já existente para fazer face à necessidade emergente. Este artigo considera essas três opções relativas ao emprego aéreo em campanhas *COIN* conjuntas.

### Opção I: O Uso de Soluções Anteriores—O Sucesso Histórico e seu Fascínio

É fácil compreender como a abordagem instintiva sugere a busca de soluções históricas. Os obstáculos apresentados pelos conflitos no Iraque e Afeganistão persuadiram os observadores a examinar os primeiros anos da Força, a fim de verificar se o antigo sucesso do policiamento aéreo britânico oferece dados latentes que solucionariam os problemas operacionais presentes. Tal abordagem possui certo mérito, uma vez que possam existir práticas relevantes. Em geral contudo, é errônea, devido a falta de objetividade em análise histórica e negligência de

contexto. Os riscos principais incluem o entusiasmo com que comparamos os distúrbios internos do Império Britânico à violência no Iraque e Afeganistão, um preconceito em racionalização que destaca características aparentemente comuns (locais geográficos, similaridades étnicas ou táticas inimigas), negligenciando, ao mesmo tempo, os fatores que invalidam a comparação (tais como questões sociais, morais e tecnológicas). Por exemplo, a reação de pânico de muitos “nativos” que faziam parte do Império Britânico às máquinas voadoras que desconheciam e ao uso de força frequentemente imprecisa empregada por aquelas aeronaves. A completa reviravolta abrange as “tribos” atuais, tecnologicamente espertas. Elas notam que o modo preciso, diferenciado e proporcional dos ataques aéreos da coalizão são demonstração de pura impotência.

Além do mais, ao examinar a experiência imperial britânica, devemos manter em mente que um dos fatores importantes que incentivou a ida de destacamentos da *RAF* às partes remotas do império foi pressão econômica, devido a gastos de defesa. A popularidade política do policiamento aéreo da *RAF* durante o período entre as duas grandes guerras foi talvez mais devido aos benefícios econômicos do que à capacidade operacional limitada dos biplanos. As aeronaves substituíam as forças terrestres mais caras. Atualmente, a análise comparativa entre eficácia e custo continua sendo assunto complexo. Sua abrangência inclui fatores, tais como o custo de plataformas e os grupos que as apoiam, bem como a capacidade que oferecem e sua utilidade em conflitos *COIN*. Além do mais o custo de programas de aeronaves projetadas para o século XXI, cada vez mais proibitivo, debilita a noção de que o emprego aéreo é a opção “mais barata”, sem se importar com sua alta capacidade.

Objetivamente, questiona-se a direta relevância entre a experiência do Império e o cenário atual. Quando ignoramos tal realidade colocamos em dúvida as conclusões derivadas daquele capítulo da história aérea. Obviamente, é algo por demais inapropriado comparar a experiência imperial positiva da *RAF* às dificuldades pelas quais as forças terrestres modernas acabaram de passar no Iraque e Afeganistão. Os empreendimentos seguintes que promovem o lema “se for aéreo é superior” são polêmicos. Basta notar que o domínio aéreo total, bem como os níveis sem precedência de capacidade aeroespacial (em inteligência, vigilância, aquisição de alvos e reconhecimento) [*Intelligence, Surveillance, Target Acquisition and Reconnaissance – ISTAR*] não garantem a vitória, não importa o teatro. Do mesmo modo, o argumento de que as “tropas terrestres” correm perigo de ocasionar

maior número de baixas (o que pode acontecer) e que devemos rejeitar tal risco em prol de maior dependência em capacidade aérea, simplifica, por demais, o vínculo entre presença e vulnerabilidade (que podem ser inversamente proporcionais). Além do mais ignora o risco de que o simples cálculo de baixas consegue deturpar a avaliação apropriada de eficácia operacional. O principal é que a experiência recente no Iraque e Afeganistão claramente indica que é improdutivo continuar a seguir uma estratégia *COIN* sem presença terrestre. É necessária para evitar que protagonistas não-Estatais exerçam autoridade sobre a população de dada rua, quadra, vizinhança, vila ou vale.

A luta contra inimigo não-Estatal que utiliza táticas de guerrilha em ambientes habitados exige imperativo militar claro, além de simples campanha aérea devastadora. A experiência calamitosa de Israel no Líbano em 2006, a campanha *COIN* no Iraque e o conflito no Afeganistão demonstraram, sem sombra de dúvida, que a supremacia aérea e a exibição e uso de equipamento aéreo moderno não conseguem manter o terreno seguro, por fim à atividades inimigas, trazer segurança à população, prevenir atos de coerção pessoal e intimidação ou cessar a propagação do terror. A supremacia aérea não consegue detectar ou deter a corrupção. Tampouco consegue distinguir, facilmente, entre amigo e inimigo. As guerras para obter o apoio de certa população exigem engajamento com o povo, um engajamento que o poder aéreo simplesmente não consegue colocar em prática. Durante o período imperial o mérito do policiamento aéreo era aparente na supressão de nativos recalcitrantes. Mas, contra protagonistas não-Estatais modernos e fanáticos que atuam dentre a população civil nesta era de imprensa irrestrita, com maior escrutínio jurídico e em circunstâncias econômicas distintas, o valor da experiência imperial é dúbio.

Apesar do entusiasmo de muitos em perscrutar registros históricos, a fim de obter exemplos da conveniência aérea em difíceis campanhas terrestres, a noção de que as aeronaves conseguem eliminar a necessidade ou a primazia de forças terrestres em campanhas *COIN* modernas é falsa lógica, baseada em interpretação para lá de otimista acerca do valor da experiência histórica. Isso resulta em percepção inadequada da doutrina *COIN* e negligência de contexto. Muito pelo contrário, a fim de aproveitar ao máximo sua contribuição inestimável às operações atuais, os Militares da Força devem ir além de referências ao antigo sucesso durante a “era imperial”.

## Opção 2: Como Chegar a Nova Solução Seria Melhor Iniciar com a Tela em Branco?

Ao refletirmos acerca do uso da capacidade aérea nas atuais campanhas *COIN*, seria aconselhável considerar a vantagem em iniciar com a tela imaginária em branco. Tal método permite aos Militares abordar o problema sem ideias preconcebidas, aplicando sua perspectiva única ao problema, em completa liberdade. Esta técnica é particularmente eficaz, quando se leva em consideração problemas nos quais a capacidade aérea é o componente militar principal, onde o obstáculo apresentado depende, por completo, da esfera aérea, ou caso não exista solução prévia para o mesmo. Infelizmente, não foi o caso no Iraque e, tampouco no Afeganistão. Uma vez que nesses países as guerras breves convencionais converteram-se em insurgências, o componente aéreo não mais podia clamar que era o protagonista principal. O ambiente aéreo, da mesma forma, também não é o enfoque do conflito, especialmente quando se compreende que a essência do sucesso da campanha *COIN* é ganhar a competição com os insurgentes na obtenção e aceite popular, bem como a legitimidade moral.

O dilema é que o maior obstáculo à solução explicitamente aérea na luta *COIN* é a natureza das características essenciais da capacidade. Naturalmente agendada para incluir velocidade, alcance ilimitado e flexibilidade, reflete o uso da atmosfera como domínio operacional e depende em tecnologia. A capacidade aérea do Século XXI chegou a ponto, como nunca antes, de realizar as aspirações de seus proponentes, famosos pelo demasiado otimismo. Contudo, ao expandir os limites tecnológicos a novos horizontes, a participação humana em execução é bem menor. Além disso, a dimensão aérea restringe cada vez mais a participação do elemento humano. Isso significa que em campanhas *COIN* os Militares da Força enfrentam uma dificuldade fundamental, uma vez que o sucesso exige engajamento com o povo, ou seja, o prêmio final pelo qual combatem as forças amigas e os insurgentes.

A verdade continua sendo, admitimos um tanto sem jeito, que a capacidade aérea, apesar de brandida por seres humanos é, em essência, a força de maquinaria manifesta através de tecnologia. A contribuição de tal poder à campanha *COIN* pode ser enorme (em compilação de inteligência ou mesmo outorgando às tropas capacidade de manobra decisiva). Contudo, é irrefutavelmente restrita pelas próprias características. As tripulações aéreas raramente veem a fisionomia dos adversários e menos

ainda o branco de seus olhos. Poucos são os Militares da Força que têm a oportunidade de estender a mão a um civil atemorizado. A ubiquidade é a presença sem conteúdo. Pode ser que os entusiastas do poder aéreo percebam a patrulha constante de plataforma aérea que sobrevoa um vilarejo, como “garantia de segurança” em ação, mas pouco faz para prevenir ameaças verbais ou a coerção por detrás dos bastidores. A fim de aproveitar ao máximo sua contribuição à atividade *COIN*, os Militares da Força devem reconhecer e aceitar os limites da capacidade e empregar sua contribuição valiosíssima, de acordo. Esse ponto não deve ser mal entendido. O ser humano é essencial ao emprego bem sucedido dessa capacidade. Contudo, a ideia de que as operações aéreas são, fundamentalmente, uma atividade humana não é uma declaração correta e tampouco consegue definir sua função em *COINs* ou em guerras irregulares contra protagonistas não-Estatais. Apesar de todos os atributos singulares e benefícios inegáveis, tal capacidade *não* pode clamar que satisfaz o imperativo *COIN* referente à interação humana.

Em tais conflitos, a supremacia tecnológica não garante a vitória, porque o sucesso está ancorado a temas socio-políticos, tais como ideologia, legitimidade, determinação individual, interesses pessoais, emoção e percepção—o que a tecnologia não consegue determinar. Assim, as plataformas de reconhecimento, sempre presentes, comandam os céus sobre dada área de conflito, empregando sensores capazes de compilar dados noite e dia sob quase todas as condições climáticas. Com tudo isso não conseguem extrair aquele requisito essencial, ou seja, a inteligência humana manifesta em conversas, acenos de cabeça, inferências, contacto visual e outras interações pessoais. Os requisitos complexos de inteligência gerados por campanhas *COIN* necessitam incluir fontes de inteligência técnicas e não-técnicas. Dessa forma, o equipamento aeroespacial continuará sendo essencial ao desenvolvimento de um quadro de dados eficaz. No entanto, os Militares da Força devem empregar a capacidade tecnológica à disposição e reconhecer, realisticamente, suas limitações em tais ambientes de combate.

Embora a essência do máximo aproveitamento da contribuição do poder aéreo à campanha *COIN* esteja vinculada ao emprego de sua capacidade única, a fim de complementar a assistência de outros protagonistas, isso não exclui a necessidade de fazer máximo uso de seu potencial inerente. Por exemplo, o possível efeito do poder aéreo em percepções (como ferramenta de influência ou método para formatar a arena) é ponto de tomada de

consciência não sofisticado que merece maior enfoque. Uma vez que as tarefas tradicionais, tais como atingir a supremacia aérea possam não ser um problema ao componente aéreo em conflito não-Estatal, sua máxima utilização nesse tipo de campanha requer maior sofisticação em seu emprego. Esse toque elegante deve ser fundamentado em um entendimento do que deve ser feito e por quê. Em seguida, devem então empregar sua perícia profissional para descobrir como utilizá-lo, a fim de obter o melhor efeito possível.

Em suma, a sinergia que os equipamentos aéreo e terrestre claramente produzem, quando utilizados de forma colaborativa, deve ser replicada no relacionamento entre as teorias que apoiam a utilização do poder aero-terrestre. A abordagem que utiliza a tela em branco para desenvolver o conceito em utilização do poder aéreo não facilita tal fusão de raciocínio. Ao contrário, quando fazemos uso de uma abordagem relacionada à teoria *COIN* já existente, promovemos a sinergia intelectual. Em consequência, os Militares da Força Aérea devem manter-se tão familiarizados com as obras relevantes de teóricos dedicados, tais como Sir Gerald Templer, Frank Kitson e David Galula, quanto com as dos expoentes do poder aéreo, ou seja, Giulio Douhet, Marechal da Aeronáutica Hugh Trenchard e o Cel John Warden. Não é questão discricionária. Se formos obrigados a integrar o poder aéreo em campanhas *COIN* para obtermos o melhor efeito possível, esta expansão mental deve ser requisito essencial a incorporar na educação de nossos Militares.

O poder aéreo defende a premissa de que devemos reconhecer que o combate à insurgências, terrorismo ou banditismo requer, de forma básica, o engajamento pessoal com os habitantes. Assim, em área de segurança é, sem qualquer dúvida, a responsabilidade das forças terrestres (tanto militares como civis). Por conseguinte, ao dirigir-nos aos conflitos irregulares, contra adversários não-Estatais, descobrimos que uma solução derivada unicamente de capacidade aerocêntrica é de dúbia utilidade. Ironicamente, aqueles mesmos pontos fortes que tal capacidade porta às áreas de defesa e segurança colocam a mesma em posição secundária durante *COINs* e conflitos irregulares, solapando, em grande parte, o valor da abordagem que utiliza a tela em branco. Além disso, seria ilógico persistir em encontrar uma solução aérea independente para combater protagonistas não-Estatais quando, tanto os Militares dos Estados Unidos, quanto os do Reino Unido despenderam enorme esforço nos últimos anos aperfeiçoando a base teórica das operações *COIN*. Nos Estados Unidos, isso levou à revi-

são de doutrina pelo Exército/Fuzileiros Navais que culminou em publicação de novo manual *COIN*.<sup>2</sup> No Reino Unido, o mesmo tipo de reavaliação produziu nova doutrina terrestre conjunta para a estabilização e operações *COIN*.<sup>3</sup> Instigada pelas contínuas operações no Iraque e Afeganistão, a revisão de raciocínio que ocorreu em ambos os pontos do Atlântico referente à *COIN* e à guerras irregulares foi intensa, extensa e progressiva. Ignorar a combinação de vasta perícia prática e rigor intelectual que os militares ativos e acadêmicos supriram à revisão teórica seria negligência virtual. É essencial que os Militares da Força iniciem com aqueles que, de acordo com a doutrina, possuem a responsabilidade principal pela sua conduta quando forem obrigados a considerar como empregar a capacidade aérea em campanhas *COIN*.

A habilidade do poder aéreo em propiciar poder de fogo irresistível e decisivo a engajamento *COIN* acentua a prudência que os comandantes devem exercer quando fazem uso do mesmo, especialmente quando prioridades *COIN* parecem ser a antítese à considerações tradicionais de combate. Assim, “a prudência com coragem” vem a ser um dos princípios notáveis no Afeganistão, até mesmo quando as forças amigas estiverem sob ataque insurgente. Durante conflitos convencionais entre nações, os Militares da Força Aérea são incentivados a pensar e a agir, em primeiro lugar, como comanda a Força. Durante os conflitos *COIN*, sua responsabilidade principal é compreender tal conflito. Na primeira, a perícia do componente aéreo possui a primazia durante a missão. Na última, a prioridade é invertida. A abordagem lógica para obtermos o nível desejado de integração da capacidade aérea durante campanha *COIN* terrestre é considerar o problema de base teórica comum. Por conseguinte, o segredo para explorar como melhor empregar a capacidade naquela situação é embarcar em exercício tipo tela em branco, a fim de se chegar a processo ou estratégia independente, examinando o raciocínio conjunto entre as forças aroterrestres, acerca de como levar a cabo tais operações. Se os Militares da Força Aérea adquirirem essa percepção através de “ponto de vista aéreo”, poderão considerar, de maneira inteligente, o tópico de perspectiva aérea informada que abrange, não só uma tomada de consciência completa do que deve ser feito, mas também um entendimento total do potencial e restrições da capacidade aérea.

### Opção 3: Modificar a Abordagem Existente – a Base Adequada para o Desenvolvimento

A extensa análise de contrainsurgências históricas feita pelas muitas autoridades militares e acadêmicas produziu certos princípios operacionais amplamente aceitos como duradouros e, por consequência, relevantes a nossa época. Ao contrário do exame histórico do policiamento aéreo pelo Império, esse escrutínio concentrou-se no que deve ser feito para alcançar o sucesso e não no desempenho de dado protagonista. Como acontece com teorias básicas, tais como com os princípios de guerra, existem diferenças sutis entre as nações a respeito do que são, na verdade, esses credos. Assim, a Publicação da Doutrina Conjunta do Reino Unido, a Segurança e Estabilização: A Contribuição Militar [*Security and Stabilisation: The Military Contribution*], contém nove “Características da Clássica COIN Britânica” [*Characteristics of Classical British COIN*]. O novo Manual de Campo do Exército Britânico [*British Army Field Manual*] volume 1, parte 10, Como Combater a Insurgência [*Countering Insurgency*] contém 10 princípios.<sup>4</sup> Apesar de tais variações, os princípios são amplamente aceitos: a primazia da política durante campanhas COIN e a necessidade de objetivo político; o imperativo de abordagem coordenada pan-governamental; a importância de informação e dados secretos; a separação eficaz dos insurgentes de sua base de apoio; a neutralização do insurgente; a necessidade de considerações pós-insurgência; e a proteção da população.<sup>5</sup>

Apesar da lista empregada, os princípios não são normativos e não devemos aplicá-los de forma dogmática. Sem embargo, formam grande parte do contexto da atividade militar e oferecem estrutura útil que facilita como adaptar, transmitir e restringir o planejamento de diferentes campanhas. Devemos, assim, aplicá-los quando empregamos a capacidade aérea neste tipo de operações, especialmente porque os atributos centrais de tal capacidade ofereceriam aos comandantes opções militares negadas às forças terrestres, tais como a habilidade de alcançar regiões remotas e outras nações participantes. A capacidade do componente aéreo em levar a cabo *sorties* sem se importar com os estrategemas de manobra de comandantes terrestres bem além de suas esferas de ação coloca outra responsabilidade sob a esfera dos Militares da Força Aérea: levar a cabo atividades que contribuem ao sucesso da missão conjunta. Essa obrigação inclui assegurar que a ação aérea autônoma é guiada e limitada pelos princípios relevantes da COIN.

Com respeito a esses princípios, o *ISTAR* da capacidade aérea e as capacidades cinéticas possuem emprego óbvio em compilação de inteligência e de dados, e em como neutralizar os insurgentes. Contudo, os Militares da Força Aérea devem devotar maior raciocínio e disciplina, a fim de explorar como a capacidade seria útil em apoiar os empreendimentos políticos, inter-agenciais e de pós-insurgência. Embora as tentativas para investigar o uso inovador da capacidade (a presença aérea para formatar o ambiente terrestre) sejam bem-vindas, a fim de expandir sua contribuição às operações COIN é importante verificar como as atividades aéreas de rotina (tais como transporte aéreo) seriam utilizadas para maior efeito. Do mesmo modo, os efeitos positivos da restrição do poder aéreo merecem maior atenção. É óbvio que no Afeganistão a campanha COIN, em geral, sofreu com o legítimo emprego do Apoio Aéreo Próximo [*Close Air Support – CAS*] que causou baixas civis e solapou o apoio da população à ISAF. O super controle do poder aéreo é um dos aspectos principais do plano da campanha atual da ISAF.

A fim de aproveitarmos ao máximo a contribuição do poder aéreo em conflitos COIN, os comandantes aéreos devem, não só seguir o guia encontrado nos princípios gerais desses conflitos, mas também assegurar que o emprego tático dos recursos aéreos estão conformes com a abordagem adotada pelo comandante geral, de acordo com o conceito de operações (CONOPS). Assim como ocorre com os princípios COIN, existem variações nacionais e outras à abordagem central. A atividade tática é regida pelo conceito “desocupar-manter-construir” [*clear-hold-build*] na doutrina do Exército e na dos Fuzileiros Navais dos Estados Unidos.<sup>6</sup> A *JDP 3-40* encapsula o conceito em “moldar-manter seguro-manter-desenvolver” [*shape-secure-hold-develop*].<sup>7</sup> A ISAF emprega o modelo “moldar-desocupar-manter-construir” [*shape-clear-hold-build*].<sup>8</sup> Assim, a capacidade aérea deve estar alinhada à estrutura teórica geral da COIN e à metodologia tática aplicável. Isso significa que o processo de planejamento “estratégia-à-tarefa” do componente aéreo (que assegura que todas as *sorties* levadas a cabo durante a ordem de tarefas diárias contribuem aos objetivos estratégicos) deve refletir, não só o guia de contexto e restrições contidas nos princípios daquela estrutura, mas também os princípios do CONOPS do Comandante da Campanha.

Se a capacidade aérea deve satisfazer seu potencial durante dada campanha COIN é obrigada, assim, a integrar sua capacidade às do estrategema da manobra que a impulsiona “desocupar-manter-construir”. Embora seja, primariamente, um CO-

*NOPS* terrestre, este processo de três estágios é de responsabilidade conjunta e interagencial e os comandantes aéreos devem tentar garantir que a maneira como empregam tal capacidade facilita sua execução com êxito. Embora os princípios *CPON* anotados devam moldar os requisitos de contexto no qual a capacidade aérea opera, certo número de fatores devem guiar, informar ou limitar como empregamos o poder aéreo nessa classe de campanha. Os seguintes fatores devem reger a contribuição do componente aéreo à mesma. O Militar da Força deve transmiti-los aos comandantes terrestres. Pode ser que, de rotina, percebam tal capacidade como dispositivo subserviente:

Em primeiro lugar, *os Militares da Força Aérea devem empregar a capacidade aérea de acordo com o plano geral da campanha, não como componente subordinado ou planos rudimentares.* É natural que as campanhas terra-cêntricas possuem o potencial de transformar os requisitos do componente terrestre a aqueles da campanha conjunta. Contudo, em um conflito que exige reação conjunta e interagencial, a fim de produzir um resultado positivo, plano algum de único-componente deve suplantar a primazia do plano geral de campanha. Em termos práticos, isso quer dizer que os recursos aéreos (e outros) podem ser alocados ao apoio direto de forças terrestres, quando, em termos de campanha, podem ser empregados, de forma mais produtiva, em outra parte. Por exemplo, as aeronaves utilizadas em tarefas de *CAS* pre-planejadas para a eventualidade de tropas-em-contacto [*troops-in-contact*] não podem patrulhar fronteiras remotas utilizadas pelos insurgentes provenientes de refúgios seguros externos para infiltrar o território.<sup>9</sup> Com isso não queremos menosprezar o valor essencial e a importância da vitória do combate *CAS* às tropas, mas sim reconhecer que com respeito aos objetivos de *campanha*, outras prioridades podem, da mesma forma, basear-se no emprego de capacidade aérea e, de modo justificado, requerer maior atenção. Onde jazem as prioridades relativas e que ênfase devem receber são da alçada do comandante geral. Entretanto, os Militares da Força Aérea devem estar cientes da possível armadilha de demasiada ênfase em atividades de um só componente. Devem precaver-se, e quando necessário, explicar porque outras tarefas aéreas merecem mais alta prioridade na campanha conjunta. Geralmente, esse argumento assume maior peso, quando baseado em princípios centrais da *COIN* e no *CONOPS* do Comandante. Assim, os Militares da Força Aérea devem assimilá-los para que façam parte de seu modo de pensar.

Segundo, *devem assegurar-se de que a contribuição proposta à campanha encontra-se dentro da esfera do pos-*

*sível.* Enquanto buscam aumentar ao máximo seu efeito em potencial, devem compreender que será impossível cumprir com a missão em certas ocasiões, evitando dar garantias super otimistas acerca da capacidade da atividade aérea. Do mesmo modo, devem evitar que os comandantes terrestres formem expectativas por demais ambiciosas acerca do que a capacidade aérea pode contribuir à causa. A responsabilidade pelo emprego realista de capacidade aérea repousa, por completo, sobre os ombros dos comandantes da aeronáutica, especialmente em cenários nos quais as proporções de força, terreno difícil e isolamento, criam demasiada dificuldade às forças terrestres, bem como expectativas exageradas do poder da capacidade – expectativas essas fortalecidas pela liberdade da ação aérea que, de forma característica, acompanha a campanha *COIN* contra protagonistas não-Estatais. Em cenário no qual o inimigo mal consegue interferir com as operações aéreas amigas, os planos e aspirações dos Militares da Força Aérea devem permanecer firmemente baseados na esfera da possibilidade e devem claramente explicar as verdadeiras limitações e potencial da capacidade aos outros participantes da campanha.

Terceiro, *devem reconhecer que a capacidade aérea pode ter um efeito desproporcionalmente inverso em campanhas COIN.* Apesar da capacidade de sistemas de armas terrestres em infligir dano colateral considerável durante as operações, as baixas civis de combate terrestre não recebem o mesmo interesse da mídia como aquelas causadas por operações aéreas. Das milhares de *sorties* alocadas a *CAS* no Afeganistão, somente pequena fração causou baixas civis. Ainda assim, são essas aberrações que definem a percepção política, pública e da mídia referente às atividades da capacidade aérea na região.<sup>10</sup> Não devemos ignorar o dano causado pelos incidentes colaterais. Tais eventos fizeram com que o governo afegão pedisse a revisão da estrutura jurídica para as forças da *ISAF* e o Senado Afegão fechou as portas durante 24 horas em protesto. A morte de muitos em setembro de 2009 (talvez mais de 100 civis), devido a ataque aéreo no setor alemão do Afeganistão, levou à demissão de altos líderes políticos e militares na Alemanha.<sup>11</sup> A necessidade de restringir a capacidade aérea é óbvia, porque se o governo afegão exigir que as operações cinéticas aéreas cessem, tal ação causaria séria fricção entre o regime soberano em Cabul e a coalizão internacional que o apoia.

Quarto, *devem reconhecer que a primazia tradicional prestada às funções cinéticas aéreas pode ser invertida em campanhas COIN, nas quais “fazer” menos pode alcançar mais.* Entender os princípios duradouros da camp-

nha *COIN* faria com que reconhecessem quando existe uma clara diferença entre o que o poder aéreo pode e o que deve fazer. O *CAS* no Afeganistão comprovou ser taticamente crucial e decisivo. Sem dúvida, o resgate e a proteção de centenas de tropas *ISAF* em posição inferior quando engajadas com os insurgentes. Ainda assim, como previamente mencionado, O *CAS* possui o potencial de causar grandes problemas. A noção de que a atividade cinética deve ser a contribuição principal da capacidade aérea à dada campanha *COIN* apoia-se em uma combinação de análise histórica deturpada, bem como em legado de exigências e práticas da Guerra Fria. Tal raciocínio é inútil quando o uso de força letal pode, na verdade, aumentar e não diminuir os números de insurgentes. Enquanto o bombardeio e as rajadas possam ser cruciais em dada hora e situação é imperativo que dediquem o mesmo tipo de prioridade às outras tarefas que possam ter maior impacto benéfico na progressão da campanha.

Por exemplo: atividades tais como assistência à agricultura em vilarejos isolados; o transporte de filhos de chefe de tribo às dependências de emergência médica; ou a monitoria de linhas de comunicação interna de grupo insurgente. Talvez pareçam de menor importância quando comparadas ao *CAS*, contudo produzem efeitos de maior duração.

Quinto, *ao promover a contribuição de componente aéreo à campanha, devem colocar ênfase às características do poder aéreo não comumente reconhecidas por outros participantes da campanha.* Com isso os princípios delineados acima guiarão, de maneira útil seu raciocínio, dando substância à sugestões de como os recursos aéreos ofereceriam maior contribuição à campanha. A dimensão cinética do poder aéreo possui certas aplicações óbvias (ajudar a livrar uma área de insurgentes) e a capacidade *ISTAR* é útil em todo o *CONOPS* da *COIN*. Contudo, o emprego principal, em particular durante o processo de “construção” é a menos óbvia e merece atenção específica. A execução da estratégia *desocupar-mantener-construir* ou *moldar-mantener segura-desenvolver* é tarefa complexa que muito exige e é por demais difícil sem o recurso da capacidade aérea. Quando um Comandante *COIN* tenta desocupar insurgentes de certa área, as opções de vigilância cinética e de manobra que a capacidade aérea oferece às forças terrestres seriam críticas ao sucesso. Isso é ainda mais óbvio quando aquelas forças terrestres são empregadas em quantidade não esmagadora, destacadas a locais inacessíveis ou combatendo em áreas sem a presença de civis. A contribuição da potência aérea também é importante ao sustento de tais forças durante a fase “manter”, quando o poder baseado em fogo continua a ser um meio de reação para inter-

ditar as forças insurgentes e evitar que voltem a soerguer-se. Os recursos de transporte aéreo também contribuiriam à fase “construir” da campanha. Entretanto, essa possibilidade não deve ser exagerada porque naquele estágio da luta, a situação de segurança prevalente pode permitir movimento terrestre seguro. Finalmente, deve-se manter em mente que durante todo o processo *desocupar-mantener-construir*, os recursos aéreos ofereceriam: benefícios psicológicos de presença aérea; cobertura *ISTAR* 24 horas ao dia; e capacidade de comando, controle e comunicações que a dependência em digitalização tornaram indispensáveis às operações militares.

Sexto, *não devem subestimar o valor de sua contribuição ao desenvolvimento das forças locais.* Um aspecto essencial ao progresso do conflito é a materialização de forças de segurança locais capazes. A Infantaria e a Polícia recebem treinamento relativamente rápido. Entretanto, a capacitação de forças, como a aérea para permitir operação e manutenção independentes, bem como o sustento dessas atividades, isso sim, leva mais tempo. Esse desequilíbrio faz com que o possível impacto de aperfeiçoamento das forças de segurança locais seja mínimo, limitando sua habilidade em destacar e estabelecer presença crível dentre a própria população, por exemplo. Assim, a alocação de recursos aéreos estrangeiros à tarefas que servem as forças locais poderia possuir efeito desproporcional no fomento de percepções locais referentes àquelas forças. A vantagem é grande quando oferecemos apoio aos oficiais locais (governadores de província) que, de outra forma, enfrentariam dificuldades em alcançar grande parte da área sob sua jurisdição. Sem dúvida, as tentativas para desenvolver parcerias e treinamento de forças de segurança locais devem incluir recursos aéreos. O treinamento de pessoal técnico capacitado, necessário ao estabelecimento de nova força aérea leva bem mais tempo do que o aprestamento de soldados de Infantaria e de membros da Polícia. Assim, tal investimento deve iniciar o quanto antes. Por exemplo, ao mesmo tempo que os grandes empreendimentos da Força de Transição do Poder Aéreo Combinado no Afeganistão contribuem ao desenvolvimento de uma Força Aérea local capaz, solidificam também a importância de alocação inicial de recursos suficientes em cenário *COIN* mais amplo.<sup>12</sup> Para contribuição eficaz não é necessário que as forças aéreas locais operem aquele equipamento sofisticado utilizado pelos parceiros estrangeiros. O problema é que as forças aéreas modernas não utilizam as aeronaves mais baratas e de menor capacidade, perfeitas em tal situação. Obviamente seria bem mais fácil treinar as tripulações

aéreas e terrestres locais em aeronaves utilizadas e mantidas pelos parceiros militares. A ausência de plataforma aérea básica *ISAF* no Afeganistão com capacidade de reconhecimento e ataque à superfície para satisfazer as demandas da campanha *COIN* contra protagonistas não-Estatais, impede o desenvolvimento oportuno da capacidade aérea afegã. O plano dos Estados Unidos em adquirir aeronave de reconhecimento de leve ataque, armada [*light attack/armed reconnaissance – LAAR*], suficientemente capaz para os tipos de conflito *COIN* é solução sensível que facilitaria o futuro desenvolvimento de forças locais, formulando as diretrizes de aquisição, de acordo com a teoria *COIN*.

### Conclusão

Os atributos principais da capacidade aérea (velocidade, alcance, predominância e flexibilidade) continuam sendo valiosíssimos às operações *COIN*, mas também limitam sua contribuição. Embora os Estados Unidos e o Reino Unido conseguissem excelente progresso no uso prático do apoio aéreo às forças terrestres, maior empreendimento teórico é necessário para aproveitar ao máximo sua contribuição durante os conflitos *COIN* e guerras irregulares. Tal deficiência solapa as tentativas excepcionais que caracterizam sua constante contribuição aos conflitos atuais. Devido ao acúmulo de mais de 13 anos de experiência em combate em dois teatros, a falta de doutrina aérea específica referente ao emprego de capacidade aérea nesse tipo de campanha é surpreendente. Pode-se alegar que o compêndio principal de manuais de doutrina terrestre conjunta contém referências implícitas ao poder aéreo. Entretanto, as referências explícitas ocorrem com menor frequência. Por exemplo, o manual de campo *COIN* do Exército Britânico inclui cinco páginas acerca do assunto. O Manual de Campo do Exército dos Estados Unidos de 200 páginas 3-24 / A Publicação de Combate dos Fuzileiros Navais 3-33.5 acerca de *COINs* também contém somente um anexo de cinco páginas. O volumoso *UK JDP 3-40* refere-se ao tema somente uma vez.<sup>13</sup> Tampouco parece haver uma profusão de doutrina aérea pertinente nesses dois países. Devemos tratar dessa escassez em doutrina aérea relevante. A responsabilidade para tal empreendimento recai sobre os Militares da Força Aérea, tanto em desenvolvimento de doutrina aérea, como também em contribuição às publicações conjuntas. Entretanto, as tentativas para produzir tal doutrina através de uma revisão inapropriada da história reflete o entusiasmo mal direcionado. Do mesmo modo, continuar com essa solução independente, sem referên-

cia explícita aos conceitos que sustentam as operações *COIN* na esfera terrestre é imprudência absurda e miópica. Talvez a necessidade mais premente seja empregar a capacidade, de acordo com o conceito *desocupar-manter-construir*. O importante, contudo, é que tais sugestões bem informadas devem partir dos Militares da Força Aérea.

A inovação essencial que o Gen David Petraeus colocou em vigor no Iraque, através de vários meios (com resultados notáveis) foi transferir o enfoque dedicado aos insurgentes à população iraquiana.<sup>14</sup> Isso levou à adoção de diferentes abordagens pelos comandantes terrestres e suas tropas, muitas delas originais. Já passou da hora de revisões similares para o emprego da capacidade aérea, especialmente quando as baixas colaterais confrontam, de forma dramática, a noção de proteção à população civil. O engajamento com protagonistas não-Estatais em cenários que não se encaixam dentro de estrutura de conflito convencional apresenta novas dificuldades aos Militares da Força. Todas as operações militares, inclusive atividades aéreas, devem reforçar e não solapar a autoridade moral das forças amigas. Com a importância cada vez maior de protagonistas não-Estatais, as linhas demarcatórias entre a guerra convencional, a insurgência, o terrorismo e a criminalidade tornam-se indistintas. Essas ameaças à segurança regularmente sobrepõem-se umas às outras ou, até mesmo, coexistem. Atualmente, os Militares da Força devem enfrentar cenários complexos nos quais a insurgência, conflitos internos virulentos, terrorismo e criminalidade violenta ocorrem simultaneamente, permeando toda a arena de combate. Por exemplo: será que o grupo cruzando ilegalmente a fronteira, detectado pelo recurso aéreo é célula terrorista transportando armas de fogo e explosivos ou bandidos de pequeno porte, fazendo contrabando? Será que os homens marcando hora próximo à torres elétricas estão plantando uma bomba ou roubando cobre? As demais complexidades que essa situação gera para as forças de segurança amigas afetam, não só os Soldados e a Polícia, mas também os Militares da Força, uma vez que as respostas à tais perguntas rotineiras ditam diferente reação militar.

Apesar de todo o progresso em confrontar as dificuldades reais apresentadas pelas operações atuais, os Militares da Força devem assegurar-se de que não negligenciam a base teórica de sua profissão e aquilo que talvez deles se requeira no futuro. As tentativas que merecem elogio, tais como as empreendidas pela Força de Transição do Poder Aéreo Combinado [*Combined Air Power Transition Force*] no Afeganistão devem ser duplicadas nos corredores da Força, nas capitais da coalizão e entre as ins-

tuições, estabelecimentos de treinamento e organizações doutrinárias que cultivam o poder aéreo em suas terras natais. Durante a última década progredimos, constante e eficazmente, no emprego da capacidade em operações *COIN*. Entretanto, talvez isso ocorresse apesar de tentativas teóricas associadas e não por causa delas. A transformação das Forças Armadas pós-Guerra Fria, de era de defesa nacional à de segurança global enfocou-se em levar a cabo a defesa, segundo a estrutura expedicionária, em lugar de adaptar-se às repercussões de ameaça recém-definida. Por vários motivos (como os preparativos para possível conflito inter-Estatal) pode ser que a *RAF* abandone a aquisição de aeronaves *LAAR* básicas. Contudo, é precisamente este tipo de capacidade que produziria grandes dividendos em conflitos *COIN*, rapidamente desenvolvendo a capacidade militar local. Tal aeronave poderia também ser útil em outras operações de estabilidade, de baixa intensidade ou de manutenção de paz. Não podemos evitar as inferências desta mudança de contexto, negligenciando-as. Tanto em operações *COIN* como em possíveis crises que aguardam o emprego de capacidade aérea, os Militares da Força encaram grandes dificuldades *vis a vis* a tradicional ênfase colocada em capacidade cinética, a função principal desta, quando as forças opostas não podem eficazmente disputar o controle aéreo e as possíveis consequências de operações dentre a população civil. Devemos explorar e solucionar essas e outras questões relacionadas, porque possuem inferências, não só para o emprego tático de recursos aéreos, mas também para futuros requisitos de aquisição e capacidade.

É difícil categorizar as guerras no Iraque e Afeganistão como tendências temporárias. Sua duração, a ascensão de protagonistas não-Estatais como antagonistas militares, bem como a assimilação quase global de tecnologia que faz com que tais protagonistas ameacem os interesses de nações, sugere que tais conflitos são mais do que transitórios. A fim de cumprir com a missão e sustentar a intensidade das operações de guerra é essencial que as forças aéreas continuem a manter sua capacidade. O poder aéreo deve aproveitar ao máximo sua contribuição à campanha atual no Afeganistão, mantendo completa relevância em campanhas que vão além da arena tradicional. Assim, seus Militares devem assegurar que os conceitos e a doutrina do poder aéreo oferecem a base apropriada para futuro desenvolvimento. □

## Notas

1. A doutrina militar do RU utiliza os termos *moral, teórico e físico*. Ver Joint Doctrine Publication (JDP) 0-01, *British Defence Doctrine*, 3rd ed., August 2008, 4-1, [http://www.mod.uk/NR/rdonlyres/CE5E85\\_F2-DEEB-4694-B8DE-4148A4AEDF91/0/20100114jdp0\\_01\\_bddUDCDCIMAPPS.pdf](http://www.mod.uk/NR/rdonlyres/CE5E85_F2-DEEB-4694-B8DE-4148A4AEDF91/0/20100114jdp0_01_bddUDCDCIMAPPS.pdf).
2. Field Manual (FM) 3-24 / Marine Corps Warfighting Publication (MCWP) 3-33.5, *Counterinsurgency*, December 2006, [http://usacac.army.mil/cac2/coin/repository/FM\\_3-24.pdf](http://usacac.army.mil/cac2/coin/repository/FM_3-24.pdf).
3. JDP 3-40, *Security and Stabilisation: The Military Contribution*, November 2009, [http://www.mod.uk/NR/rdonlyres/C403A6C7-E72C-445E-8246-D11002D7A852/0/20091201jd\\_p\\_40UDCDCIMAPPS.pdf](http://www.mod.uk/NR/rdonlyres/C403A6C7-E72C-445E-8246-D11002D7A852/0/20091201jd_p_40UDCDCIMAPPS.pdf); and British Army Field Manual, vol. 1 (AFM1), pt. 10, *Countering Insurgency*, January 2010, [http://www2.armynet.mod.uk/linkedfilesANOpen/akx/coin\\_afm/20100408\\_afm\\_vol1\\_part10\\_jan2010ac71876-u.pdf](http://www2.armynet.mod.uk/linkedfilesANOpen/akx/coin_afm/20100408_afm_vol1_part10_jan2010ac71876-u.pdf).
4. JDP 3-40, *Security and Stabilisation*, 2-11; e AFM1, *Countering Insurgency*, 1-1.
5. O autor agradece ao Cel Alex Alderson do Exército Britânico pela contribuição a esse e a outros pontos.
6. FM 3-24 / MCWP 3-33.5, *Counterinsurgency*, 5-18.
7. JDP 3-40, *Security and Stabilisation*, 4-20.
8. O autor agradece ao Grupo Capt Dean Andrews, RAF pela contribuição a esse e a outros pontos.
9. *Report on Progress toward Security and Stability in Afghanistan*, Report to Congress, November 2010, 12, [http://www.defense.gov/pubs/November\\_1230\\_Report\\_FINAL.pdf](http://www.defense.gov/pubs/November_1230_Report_FINAL.pdf).
10. "Troops in Contact": *Airstrikes and Civilian Deaths in Afghanistan* (New York: Human Rights Watch, September 2008), 13, [http://www.hrw.org/sites/default/files/reports/afghanistan0908webwcover\\_0.pdf](http://www.hrw.org/sites/default/files/reports/afghanistan0908webwcover_0.pdf).
11. R. Chuck Mason, *Status of Forces Agreement (SOFA): What Is It, and How Has It Been Utilized?*, CRS Report RL34531 (Washington, DC: Congressional Research Service, 18 June 2009), 9, <http://www.fas.org/sgp/crs/natsec/RL34531.pdf>; "Afghan Senate Protests Civilian Deaths," PRI's the World, 16 September 2008, <http://www.pri.org/theworld/?q=node/21011>; and "Controversial Airstrike in Afghanistan: A Chronology," Deutsche Welle, DW-World.DE, 27 November 2009, <http://www.dw-world.de/dw/article/0,,4934122,00.html>.
12. Ver Brig Gen Michael R. Boera, "A Força de Transição da Capacidade Aérea Combinada: Como Estabelecer uma Força Aérea no Afeganistão," *Air and Space Power Journal-Português* XXII (3o. Trimestre 2010): 54-64, [http://www.airpower.au.af.mil/airchronicles/apj/apj10/spr10/aspj\\_en\\_2010\\_1.pdf](http://www.airpower.au.af.mil/airchronicles/apj/apj10/spr10/aspj_en_2010_1.pdf).
13. AFM1, *Countering Insurgency*, cap. 9, sec. 2; FM 3-24 / MCWP 3-33.5, *Counterinsurgency*, anexo E; e JDP 3-40, *Security and Stabilisation*, xxv.
14. Sgto Sarah Wood, American Forces Press Service, "Petraeus Supports Troop Increase in Confirmation Hearing," Operação New Dawn, Official Website of United States Forces-Iraq, 24 January 2007, acessado em 15 Dezembro 2010, <http://www.usf-iraq.com/news/headlines/petraeus-supports-troop-increase-in-confirmation-hearing>.